

## CPI identifica mais de 500 pedófilos no Orkut

O presidente da CPI da Pedofilia, Magno Malta, informou ontem que mais de 500 pedófilos já foram encontrados nas 3 mil páginas do portal de relacionamentos Orkut encaminhadas à comissão. O relator Demostenes Torres disse que os álbuns fechados obtidos junto ao Orkut permitiram o levantamento de grande número de pedófilos, inclusive estrangeiros, atuando no Brasil. **Página 6**

## Senado libera pauta e aprova mais R\$ 10 bi anuais para saúde

Acordo entre os líderes partidários permitiu a votação de duas medidas provisórias que trancavam a pauta. Dessa maneira, foi possível aprovar a correção ao projeto que regulamenta a Emenda 29, garantindo mais recursos para a saúde.

**Páginas 4 e 5**

Gerardo Magela



Com entendimento, Plenário aprova medidas provisórias que abrem créditos extraordinários de R\$ 3,76 bi para ministérios



Entre Kátia Abreu e Mão Santa, Cristovam preside reunião da CE

## Filosofia e Sociologia podem voltar à escola

As disciplinas de Filosofia e Sociologia poderão tornar-se novamente obrigatórias no currículo do ensino médio, de onde foram retiradas há 37 anos pelo regime militar. Projeto nesse sentido foi aprovado ontem pela Comissão de Educação, que acolheu também proposta determinando o mínimo de 180 dias efetivos de aula no ano letivo regular da educação superior. Outro projeto assegura a índios 5% de vagas em concursos públicos. **Página 8**

J. Freitas



Comissão de Meio Ambiente é presidida por Leomar Quintanilha (E)

## Mais direitos para os consumidores

Dois projetos que alteram o Código de Defesa do Consumidor foram aprovados pela Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor. O primeiro, de Gerson Camata, visa evitar que o comprador pague por emissão de boleto ou carnê bancário. Já proposta de Lúcia Vânia estabelece a obrigatoriedade de se avisar o consumidor sobre o direito de se arrepender da transação. **Página 6**

José Cruz



Na CAE, Osmar Dias (E), Aloizio Mercadante e Flávio Arns (de pé)

## Cadastro nacional aponta fornecedores inidôneos

Foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) projeto de Garibaldi Alves que sugere a criação de um cadastro nacional de fornecedores suspensos ou inidôneos para negociar com o poder público. O objetivo é fazer com que o compartilhamento de informações entre União, estados, Distrito Federal e territórios reduza o risco de contratação de fornecedor com problema em qualquer localidade. **Página 7**

Senador quer debate sobre fidelidade partidária, cláusula de desempenho e financiamento público de campanhas

## Maciel defende urgência de reformas política e eleitoral

Ao fazer uma análise dos sistemas eleitorais e de governo adotados no mundo, Marco Maciel (DEM-PE) defendeu a importância e a urgência de os parlamentares brasileiros se debruçarem sobre as reformas política e eleitoral. Para o senador, temas como fidelidade partidária, cláusula de desempenho e financiamento público de campanhas eleitorais merecem prioridade nas discussões do Parlamento nos próximos anos.

Entretanto, segundo Maciel, todas essas alterações são uma pequena parte das reformas de que o país precisa.

– As reformas institucionais devem ultrapassar o universo das alterações das leis eleitorais e partidárias, aprimorar o sistema de



Genildo Almgeld

**Para Marco Maciel, é preciso “vertebrar instituições verdadeiras e duradouras”**

governo, removendo, inclusive, as áreas de atrito entre os Poderes, e promover o fortalecimento da Federação. Esse parece constituir o nosso maior desafio: o de vertebrar instituições verdadeiras e duradouras – opinou.

## Garibaldi: mudanças devem ser debatidas depois das eleições

Após a cerimônia de posse do novo presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Carlos Ayres Britto, na noite de ontem, o presidente do Senado, Garibaldi Alves, avaliou que o Congresso não pode se omitir na discussão da reforma política. Garibaldi acompanhou a posse ao lado do presidente da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia.

– O Judiciário não quer substituir o Legislativo, mas nós não podemos nos omitir. Após as elei-

ções, será hora de retomar essa discussão. Até lá, nossa preocupação será a reforma tributária.

Já o ministro Carlos Ayres Britto cobrou “qualidade de vida política para o país”. Chamou atenção para a necessidade de revisão das regras eleitorais, em especial as que tangem à fidelidade dos partidos para com os programas (e não apenas a dos candidatos para com os partidos), à suplência dos senadores e ao financiamento das campanhas.

# Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Garibaldi recebe presidente do STF e ministro José Múcio

Às 9h, o presidente do Senado participa, no Interlegis, da abertura do seminário sobre a Antártica; às 10h, vai à Comissão de Infra-Estrutura, que ouve a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff; às 11h, na

Presidência, recebe o presidente do STF, ministro Gilmar Mendes; ao meio-dia, recebe a programação do Ano Cultural do Senado; e, às 19h30, recebe o ministro das Relações Institucionais, José Múcio.

### Projeto dos sacoleiros

Às 14h tem início a sessão deliberativa. Na pauta, entre outros projetos, o PLC 27/08, que institui o Regime de Tributação Unificada (RTU) na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai.

### Fundação de Pesquisa Universitária em exame na CCT

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) se reúne, às 8h45, para votar o projeto de criação da Fundação de Pesquisa Universitária, que deverá ser mantida pelas instituições privadas de ensino superior e será destinada à promo-

ção do desenvolvimento científico e à capacitação tecnológica. Em pauta, ainda, 18 projetos de decreto legislativo dispoem sobre a outorga ou renovação de concessões e permissões para o funcionamento de emissoras de radiodifusão.

### Antártica e aquecimento

Às 9h, acontece o seminário destinado a debater a influência do continente antártico nas mudanças climáticas globais, promovido pela frente parlamentar e pela comissão mista especial que analisam essas questões. As três palestras do seminário integram programação de uma semana dedicada à discussão desses temas.

### Debate sobre conflito em Estreito

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) realiza, às 14h30, audiência pública para debater o conflito entre o Consórcio Estreito Energia (Ceste) e as populações atingidas pela construção da usina hidrelétrica de Estreito, na divisa do Maranhão com o Tocantins.

Foram convidados para o debate, dentre outros, Ronaldo Schuck, secretário de Energia Elétrica, representando o ministro Edison Lobão; Marina Silva, ministra do Meio Ambiente; o presidente do Ibama, Bazileu Alves Margarido Neto; e o presidente da Funai, Márcio Meira.

### Ficha de candidato na propaganda

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deve votar, às 10h, o projeto que dispõe sobre a divulgação, no horário reservado à propaganda eleitoral no rádio e na televisão, dos candidatos que respondem a processos criminais e por quebra de decoro parlamentar. Entre os outros 22 itens, encontra-se o projeto que institui a Superintendência do Desenvolvimento Sustentável do Centro-Oeste (Sudeco).

### Hidrelétricas e alimentos

Às 11h, haverá reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) destinada a analisar 11 proposições. Um dos itens é o requerimento de audiência pública para debater o aumento dos preços dos alimentos em todo o mundo

e as conseqüências para o Brasil. Também deverá ser votado projeto que autoriza o Executivo a implantar o aproveitamento hidrelétrico do rio Madeira (RO), com as usinas hidrelétricas de Jirau e de Santo Antônio e a hidrovía do rio Madeira.

### Exercício da enfermagem

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) realiza, às 10h, audiência sobre o projeto que modifica a regulamentação do exercício da enfermagem (Lei 7.498/86). Estão convidados, entre outros, a presidente nacional da Associação Brasileira de Enfermagem, Maria Goretti David Lopes, e representantes dos ministérios da Educação e da Saúde e das secretarias municipais de Saúde.

### Dilma na CI

Às 10h, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) realiza audiência pública para ouvir a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, sobre a execução das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

### Audiência sobre dengue

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) se reúne, às 11h, para homenagear o estudante Ricardo Oliveira, ganhador de duas medalhas de ouro nas Olimpíadas Brasileiras de Matemática. Depois, faz audiência sobre o combate à dengue. Dentre os convidados, o prefeito do Rio, César Maia; o secretário da Saúde do estado do Rio de Janeiro, Sérgio Côrtes; e o ministro da Saúde, José Gomes Temporão.

## JORNAL DO SENADO

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

### COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

Diretor do Jornal do Senado: Davi Emerich (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Teixeira, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéias D. de Morais

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

### AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli (61) 3311-1151  
O noticiário do Jornal do Senado é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

[www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal) | [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – 70165-920 Brasília (DF)

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Garibaldi Alves, Gerson Camata, Augusto Botelho, Alvaro Dias, Mário Couto, Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, Jayme Campos, Mão Santa e Efraim Morais

## Virgílio e João Pedro cobram medidas para evitar naufrágios no Amazonas

Ao ler nomes e idades de algumas das vítimas fatais do recente naufrágio no rio Solimões, Arthur Virgílio (PSDB-AM) lamentou a perda dessas vidas e exigiu a punição dos responsáveis. O senador recordou que, em fevereiro deste ano, outras 13 pessoas também morreram devido a outro naufrágio, no rio Amazonas. E informou que recorrerá ao Ministério Público pedindo “apuração irrestrita” das responsabilidades.

Em ambos os casos, disse Arthur Virgílio, o excesso de lotação foi evidente.

– Eram todas pessoas simples que se deslocavam para o trabalho, ou na volta do lazer, pelo único meio de transporte ao alcance. Até quando?

Também lamentando o acidente, João Pedro (PT-AM) pediu ações urgentes e eficazes da Marinha no sentido de prevenir acidentes com as embarcações que, tradicionalmente, fazem transporte na região.

– Precisamos tirar lições desse acidente. Precisamos da presença da Marinha e da Capitania dos Portos, com mais rigor; de cadastro do número de embarcações por cidade, por comunidade; e a relação de barcos que podem transportar pessoas ou produtos – sugeriu.

Com a confirmação de 33 mortes, João Pedro lamentou a dor vivida pelos amazonenses e, em especial, pelos habitantes da cidade conhecida como “Princesinha do Solimões”.

## CPI dos Cartões: deputados anunciam suspeitas de tráfico de influência

Os deputados Índio da Costa (DEM-RJ) e Carlos Sampaio (PSDB-SP) apresentaram suspeitas de tráfico de influência e improbidade administrativa em gastos com cartões corporativos. Teriam identificado casos de compras realizadas em empresas que têm como sócios funcionários públicos do mesmo órgão que fez os gastos. Índio e Sampaio fazem parte da Sub-Relatoria de Fiscalização de Gastos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Cartões Corporativos.

Eles citaram a empresa Gilvana Elétrica, que tem entre seus sócios Raimundo Luiz da Silva, funcionário do Hospital Universitário de Brasília, usuário de cartão corporativo que teria realizado saques

de R\$ 17,7 mil em dinheiro vivo. A empresa recebeu R\$ 77.423,64 da Fundação Universidade de Brasília. Já a Microservice Comércio e Serviços de Informática tem como sócia a professora da Fundação Universidade Federal de Rondônia Fátima Queiroga. A fundação e a Microservice firmaram contratos de R\$ 391.921,30 e de R\$ 362.231,78, em 2005.

Os parlamentares comunicaram que encaminharão as informações ao relator da CPI mista, deputado Luiz Sérgio (PT-RJ), mas, caso não sejam incluídas no relatório final, eles vão encaminhá-las ao Ministério Público. Os deputados reclamaram que o governo demora em enviar à CPI as notas fiscais sobre gastos feitos em dinheiro vivo.

## CPI das ONGs aguarda acordo para votar 50 requerimentos em pauta

O presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das Organizações Não-Governamentais (ONGs), senador Raimundo Colombo (DEM-SC), adiou a reunião de ontem para aguardar um acordo para votar os 50 requerimentos na pauta.

Colombo disse que o líder do governo, senador Romero Jucá (PMDB-RR), propõe uma reunião, ainda sem data marcada, para discutir como votar os requerimentos, cuja aprovação depende de maioria absoluta.

– Para aprovar esses requeri-

mentos, temos que ter seis votos nominais a favor, ou seis votos contra para rejeitá-los – declarou o senador.

Entre os requerimentos em pauta, há dois tipos principais: os que solicitam a convocação de pessoas para depor e os que determinam a quebra de sigilos bancários. Na semana passada, os trabalhos da CPI foram prorrogados por mais 180 dias, conforme requerimento apresentado pelo senador Heráclito Fortes (DEM-PI) e assinado por 60 dos 81 senadores.

Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária afirma que país pode fornecer etanol para o mundo sem comprometer produção de alimentos ou pressionar meio ambiente

## Para Neuto de Conto, Brasil não deve aceitar pressão contra álcool

O presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, senador Neuto de Conto (PMDB-SC), sustentou que o Brasil não aceita pressão contra o álcool, pois as plantações de cana para produção do combustível ocupam apenas 1% do território nacional. Ele ponderou que o país ainda tem 90 milhões de hectares de terras que podem produzir alimentos e até mesmo cana sem pressionar o meio ambiente ou a Floresta Amazônica.

Depois de lembrar que a Comissão de Agricultura tem recebido estrangeiros para mostrar esses números, Neuto de Conto observou que o Brasil ainda detém 26% de todas as florestas nativas do mundo. Assim, o senador também rechaça pressões para que o país não explore suas terras e se transforme na reserva



Fotos: Gerardo Magela

“Não podemos ser cobrados pelo desmatamento do mundo”, diz senador

florestal do mundo.

– Quem faz pressão já desmatou suas florestas. Não podemos ser cobrados pelo desmatamento do mundo. O Brasil pode oferecer ao mundo álcool capaz de substituir 10% de todos os combustíveis que a Humanidade utiliza hoje – realçou o senador.

Segundo ele, existem no Brasil

30 milhões de hectares de terras degradadas, que podem ser usadas na produção de alimentos e de álcool. Outros 20 milhões de hectares, ocupados por pastagens, podem ser empregados para produzir cereais e carne.

O senador apontou os subsídios oferecidos em países ricos como os maiores responsáveis pelas atuais dificuldades de abastecimento. Os produtores de açúcar europeus têm subsídio de 75% e os plantadores de milho dos Estados Unidos, de 35%. Para ele, se não houvesse subsídio agrícola nos países ricos, agricultores de países pobres produziriam mais alimentos, reduzindo não só a fome, mas também a pobreza nesses países.

Neuto de Conto foi apoiado, em aparte, pelo senador Mão Santa (PMDB-PI).

## Jefferson avalia reajuste de combustíveis como “surreal”

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) tachou de “surreal” a decisão do governo de conceder aumento para o óleo diesel e, ao mesmo tempo, preservar os preços da gasolina, “consumida pela classe média que tem carro”. E ponderou que, em pouco tempo, o reajuste do diesel vai ser repassado aos consumidores, especialmente aos mais pobres, inclusive sob a forma de aumento no preço das passagens de ônibus.

Na opinião do senador, o reajuste dos combustíveis, congelados desde 2005, era necessário, mas a de-

cisão de amortecer o aumento pela redução de imposto foi “imatura”.

Jefferson Péres criticou a Petrobras, cuja estrutura de custos “é uma verdadeira caixa-preta”, e o presidente Lula, por ter dirigido reunião para decidir os preços dos combustíveis.

– Só no Brasil o presidente cuida dessas coisas. Isso deveria ser competência normal da Petrobras e da agência reguladora da área – opinou.

Jefferson observou que a decisão foi tomada ao mesmo tempo em que o Brasil foi elevado à condição



Jefferson acha que compensar aumento com redução de imposto é imaturidade

de país de baixo risco, graças à política monetária do Banco Central, criticada pelo PT.

– O presidente, que contrariou até economistas de seu partido, adotou uma política econômica responsável e colhe os frutos de sua decisão – assinalou.

## Camata comemora fracasso da Marcha da Maconha

Ao contrário do que afirmam os defensores da maconha, a droga não seria nada inofensiva, segundo o senador Gerson Camata (PMDB-ES). De acordo com estudos médicos, frisou, a droga seria mais perigosa que o cigarro convencional. Ele fez o alerta e se disse satisfeito com o “fracasso” da Marcha da Maconha.

Proibida pela Justiça em nove cidades, a manifestação foi re-



Movimento reuniu apenas “40 viciados e psicóticos” em Vitória, diz Camata

alizada em Vitória, Recife, Florianópolis e Porto Alegre, mas o número de participantes não ultrapassou cem pessoas. Em Vitória, a marcha reuniu apenas “40 viciados”, comentou.

O senador citou estudo da Sociedade Espanhola de Toxicomania que comprovaria a relação entre maconha e prejuízos ao aprendizado. Os consumidores ainda estariam propensos a desenvolver sintomas psicóticos.

Na Austrália, foi observado que gêmeos que usaram a maconha antes dos 17 anos tinham de duas a cinco vezes mais riscos de usar outras drogas.

Outros estudos citados por Camata demonstram que cigarros de maconha têm 50% a mais de substâncias que causam câncer do que os de tabaco.

Entendimento entre líderes partidários permitiu a votação de duas medidas provisórias que abrem créditos extraordinários de R\$ 3,76 bilhões para ministérios. A

# Senadores fazem acordo, votam MPs e liberam pauta

Acordo firmado pelos líderes partidários permitiu a desobstrução da pauta do Senado, com a votação de duas medidas provisórias (MPs) que tinham prioridade sobre outras matérias. Abriu-se, assim, a possibilidade de votação de uma série de projetos relevantes. É o caso da correção – aprovada ontem mesmo – ao projeto de lei (PLS 121/07) que regulamenta a Emenda Constitucional 29. A emenda fixa percentuais mínimos a serem investidos em saúde pelos entes federativos.

Já existe consenso também para votar a proposta de emenda à Constituição (PEC 96/03) que exclui os recursos da educação da Desvinculação das Receitas da União (DRU), e a PEC 12/06, que limita os gastos dos entes federativos com precatórios.

A relação inclui ainda projetos de lei da CPI do Apagão Aéreo, operações de crédito, projetos de incentivo à pesca e regras para tornar mais

rígidas as penas para crimes de lavagem de dinheiro, entre outros.

Essas propostas devem ser votadas hoje, uma vez que a janela aberta para votações ontem será fechada quando outras sete medidas provisórias, prontas para serem lidas em Plenário, passarem a trancar a pauta.

#### MPs aprovadas

Contrariando parecer do relator, senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), que não viu urgência e relevância na medida, o Plenário aprovou a MP 409/07, que abriu crédito extraordinário no valor de R\$ 750,465 milhões, a serem distribuídos entre os ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; da Ciência e Tecnologia; da Educação; dos Transportes; do Esporte; da Integração Nacional; do Turismo; e das Cidades.

O Plenário do Senado também acolheu a MP 408/07, que abriu crédito extraordinário de R\$ 3,015 bilhões em favor de 14 ministérios e

para sanar operações oficiais de crédito. Os ministérios beneficiados são os de Ciência e Tecnologia; Fazenda; Educação; Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Minas e Energia; Previdência Social; Saúde; Trabalho e Emprego; Transportes; Planejamento, Orçamento e Gestão; Desenvolvimento Agrário; Integração Nacional; Turismo; e Cidades. Os recursos são oriundos de superávit financeiro da União.

O maior volume de recursos vai para o Ministério da Saúde, que ficará com R\$ 1,109 bilhão, a ser aplicado na ampliação da oferta das farmácias populares pela Fundação Oswaldo Cruz e do programa Saúde da Família pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS).

As medidas provisórias aprovadas seguem para promulgação. Como as MPs têm validade a partir do momento em que são editadas, os recursos já foram liberados em dezembro do ano passado.



Com a liberação da pauta, os senadores poderão votar matérias prioritárias, como a proposta de emenda constitucional que ex

## Corrigido projeto que destina

O Plenário do Senado aprovou no início da noite de ontem uma correção ao projeto (PLS 121/07 – complementar) do senador Tião Viana (PT-AC) que regulamenta a Emenda Constitucional 29. A emenda fixa limites mínimos para os gastos da União, dos estados e dos municípios com saúde. Sem a alteração, em vez de a União destinar à saúde cerca de R\$ 10 bilhões a mais por

ano (já recebe hoje R\$ 48 bilhões), o aumento seria de R\$ 5 bilhões.

A correção foi aprovada com apoio de todos os partidos – recebeu 55 votos. Com isso, o Senado enviará agora o PLS 121/07 à Câmara. O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), avisou que o governo tentará “aprimorar” o projeto na Câmara, “dentro das negociações

da reforma tributária”.

O projeto foi aprovado em 9 de abril pelo Senado, por unanimidade, quando foi relatado favoravelmente por Augusto Botelho (PT-RR). Mais tarde, ficou constatado que, ao aceitar uma subemenda durante a votação, havia uma incoerência entre dois artigos com referência a “receitas correntes brutas” da União.

Em resumo, o PLS 121/07

## Oposição espera que Supremo derrube abertura de crédito por MP

Após a reunião de líderes, José Agripino (RN), líder do Democratas, disse ontem que a oposição participa de acordo para que a pauta do Senado avance e para que a sociedade não seja prejudicada pela “enxurrada” de medidas provisórias (MPs). Ele enfatizou que esse entendimento viabilizou a liberação da pauta para a

votação da correção do PLS 121/07, que regulamenta a Emenda 29, evitando, assim, que a saúde deixe de ganhar R\$ 5 bilhões por ano, como, por equívoco, determinava o texto anteriormente aprovado.

Agripino disse que DEM e PSDB manterão a postura de votar contra todas as MPs

que abram créditos extras. A oposição aguarda decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a legalidade dessas medidas. Os dois partidos também exigem votação nominal nessas matérias.

Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) lembrou o placar da votação da ação direta de inconstitucionalidade (Adin)

em análise no STF contestando a legalidade desse tipo de MP. O placar estava em 5 votos a 3 pela inconstitucionalidade quando a análise da matéria foi suspensa em 17 de abril. Na avaliação do senador, esse resultado parcial mostra que a prática de abrir crédito extraordinário por medida provisória será derrubada pelo

STF. A matéria deverá voltar a ser analisada hoje pelo plenário do Supremo.

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (PSDB-AM), registrou o constante desrespeito do governo Lula ao Congresso e ressaltou a necessidade de créditos extraordinários serem enviados ao Congresso por meio de projeto de lei. Segun-

do ele, o STF está a um voto de proibir o presidente Lula de editar MPs com esse fim.

A líder do PT, Ideli Salvatti (PT-SC), lembrou que os ministros Ellen Gracie, Carlos Alberto Direito e Celso de Mello, que ainda não votaram, são os mesmos que, em outras ações semelhantes, deram voto contrário.

## A partir de hoje, 2008 passa ser o Ano Cultural do Senado Federal

Transformar 2008 no Ano Cultural do Senado Federal foi a tarefa que uma comissão de funcionários da Casa – coordenada pelos senadores Demostenes Torres (DEM-GO) e Marco Maciel (DEM-PE) – recebeu do presidente Garibaldi Alves. Hoje,

ao meio-dia, senadores e servidores apresentarão, na Presidência, uma proposta-base de eventos a serem realizados até dezembro.

Além do lançamento oficial da programação, será apresentado o selo com a logomarca do Ano Cultural e o vídeo

*Manuel Bandeira: 40 anos de ausência*, preparado pela TV Senado.

A programação do Ano Cultural inclui programas e reportagens especiais de rádio e televisão, exposições, exibição de documentários e filmes, lançamentos de livros, *shows*, sessões

solenes e a realização de painéis. Serão celebradas diversas efemérides, entre elas os 120 anos da Abolição da Escravatura, os 100 anos de nascimento de Guimarães Rosa, os 50 anos da Bossa Nova e os 110 anos de nascimento de Câmara Cascudo.

2008  
ANO CULTURAL



aprovação das MPs liberou a pauta para a análise de matérias relevantes, como a correção de projeto que regulamenta a Emenda 29 e garante recursos para a saúde



Gerardo Maggela

## Senado fará concurso público para preencher até 150 vagas

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, anunciou que a Casa vai realizar concurso público para a área de Comunicação Social, consultores e analistas legislativos. Ele informou que serão oferecidas de 125 a 150 vagas e que falta

apenas analisar a disponibilidade financeira para o lançamento do edital, ainda em 2008, cuidando da lisura do certame.

A idéia do concurso foi apresentada por Garibaldi e acatada por unanimidade pela Comissão Diretora.

Decidiu-se então que o diretor-geral, Agaciel Maia, detalhará as normas do concurso.

Segundo Garibaldi, o Senado precisa de analistas legislativos para várias áreas, especialmente a Secretaria Geral da Mesa.

### Conselho de Ética

Ficou para a próxima reunião da Mesa a decisão sobre o projeto que muda as atribuições do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. O relator da matéria, senador César Borges (PR-BA), vai fazer reparos a seu parecer.

## Comissão ouve Dilma sobre obras do PAC e dossiê

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) recebe hoje a visita da ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, para falar sobre as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). No entanto, ela também poderá ser questionada pela oposição sobre as denúncias de que a Casa Civil teria elaborado um dossiê sobre os gastos sigilosos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, considera que a vinda de Dilma contribuirá para esclarecer os fatos relacionados ao dossiê. Ele acredita que as explicações da ministra também ajudarão a reduzir o clima de tensão existente na Casa.

– Acho que a vinda dela vai contribuir para que se esclareçam algumas dúvidas e para que possamos ter um clima mais tranquilo nos trabalhos, tanto da CPI quanto do próprio Senado – comentou.

Indagado se esse debate poderá constituir-se em palanque para alguns parlamentares, ele afirmou que, muitas vezes, ao se aproveitar dos holofotes de um evento

como esse, o político “acha que está dando um show, mas não está”.

A líder do Bloco de Apoio ao Governo, Ideli Salvatti (PT-SC), disse esperar que eventuais discussões na comissão não atrapalhem as deliberações no Plenário.

– Espero que as coisas sejam independentes. Ainda mais com tanta coisa importante para discutir – declarou a senadora.

Ideli acrescentou que “a ministra está disposta a responder sobre tudo o que perguntarem”.

– Esperamos que o comportamento seja civilizado – observou.

Já para o líder do PSB, Renato Casagrande (ES), a vinda à CI será, para a ministra, a “oportunidade de virar a página”, desde que ela tenha “tranquilidade, consistência e coerência em suas posturas”.

– É a oportunidade que o governo tem de prestar um esclarecimento oficial e marcar um ponto de virada de página, porque esse assunto já está perdurando por muito tempo – frisou.

## Raupp apresenta solução para precatórios na CCJ

Valdir Raupp (PMDB-RO) propôs hoje à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) mudanças na Proposta de Emenda à Constituição 12/06, que trata do pagamento de precatórios – dívidas decorrentes de sentenças judiciais. Relator da matéria na CCJ, Raupp argumenta que sua proposta “garante direitos constitucionais” não previstos na PEC original.

De acordo com a Constituição, os créditos de natureza alimentícia (salários, pensões etc.) não se submetem à ordem cronológica, mas o substitutivo deixa isso mais claro. E estabelece como prioridade máxima o pagamento a quem tem mais de 65 anos.

Os precatórios alimentícios vencidos e não pagos seriam liquidados e os demais, submetidos a um “regime especial”. Por esse regime o pagamento seria feito por leilão de desconto (quem oferecesse o maior desconto teria prioridade no pagamento) e primeiramente os de menor valor. Para a primeira modalidade seriam reservados 60% dos recursos destinados ao regime especial, ficando os 40% restantes para a segunda modalidade.

O substitutivo elimina a opção pelo regime especial. Raupp entende que, se opcional, os entes da Federação continuariam a postergar o



J. Freitas

**Fórmula garante direitos do credor previstos na Constituição, diz relator**

pagamento das dívidas acumuladas, estimadas em R\$ 60 bilhões.

Outra mudança é a possibilidade de compensação tributária – isto é, de o credor usar o crédito em precatórios para pagar dívidas com o fisco. Os créditos em precatórios também servirão para a compra de imóveis públicos.

O valor a ser depositado anualmente para quitação de precatórios equivaleria de 0,6% a 2% da receita líquida corrente, no caso dos estados, e de 0,6% a 1,5% para municípios. Tais recursos seriam depositados numa conta especial, movimentada pela Justiça, e não poderiam mais ser retirados até a quitação dos precatórios. As quantias não depositadas poderiam ser sequestradas pela Justiça e os governantes ficariam sujeitos às punições previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal.

clusi da Desvinculação de Receitas da União os recursos destinados à educação

## verbas para saúde

acolhido determina que a União destinará à saúde 10% das “receitas correntes brutas”, por ano, a partir de 2011. Até lá, o gasto será escalonado – 8,5%, em 2008; 9%, em 2009; e 9,5%, em 2010.

Enquanto o projeto não for aprovado pela Câmara e sancionado pelo presidente da República, fica valendo o que está na Emenda Constitucional 29. Ou seja, todo ano o

governo federal é obrigado a destinar à saúde o mesmo valor do ano anterior, acrescido do percentual de crescimento da economia (tudo corrigido pela inflação).

A PLS 121 não mexe nos gastos mínimos de estados e municípios com saúde – 12% e 15%, respectivamente. Mas estabelece punições para estados ou prefeituras que não cumprirem a legislação.

## Marcelo Jardim é aprovado como embaixador do Brasil na Turquia

O Plenário do Senado aprovou ontem a indicação de Marcelo de Andrade de Moraes Jardim para embaixador do Brasil na Turquia. Foram 51 votos favoráveis e 6 contrários. O resultado da votação será comunicado à Presidência da República.

José Agripino (DEM-RN) comentou que Jardim fez “um belo trabalho” por mais de quatro anos como embaixador do Brasil na Polônia, sendo considerado pelo senador “um dos melhores diplomatas do Itamaraty”.

## Kátia Abreu pede imparcialidade em conflito em Roraima

A senadora Kátia Abreu (DEM-TO) pediu imparcialidade, brevidade e paciência ao governo federal na solução dos conflitos entre índios e proprietários rurais em Roraima. Ela informou que o ministro da Justiça, Tarso Genro, chegou ontem ao estado, onde, no dia anterior, foi preso o prefeito de Pacaraima, Paulo César Quartiero, também

líder da associação dos produtores de arroz da região.

Segundo acrescentou a senadora do Tocantins, a prisão de Quartiero foi resultante de conflito em que vários índios foram feridos no último domingo. Kátia Abreu afirmou que estão na região mais de cem policiais federais.

## Zambiasi: lei estadual deve autorizar novos municípios

Com amplo apoio dos colegas, o senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) defendeu sua proposta de emenda à Constituição (PEC 13/02) que devolve aos legislativos estaduais a autonomia para autorizar a criação de novos municípios. A PEC estabelece que a “criação de municípios preservará a unidade histórico-cultural do ambiente urbano” e

será elaborada por lei estadual até 12 meses antes da realização das eleições municipais, dependendo de plebiscito.

Para Zambiasi, a proposta “resgata o pacto federativo”, devolvendo aos estados a prerrogativa. A grande dimensão da maioria dos municípios brasileiros, acrescentou, dificulta sua administração.

Presidente da CPI, Magno Malta vai buscar apoio da Presidência da República e dos líderes partidários para aprovação de propostas legislativas de combate à pedofilia

## Mais de 500 pedófilos identificados pela CPI nos documentos do Orkut

O senador Magno Malta (PR-ES) declarou que mais de 500 pedófilos já foram encontrados nas cerca de 3 mil páginas do portal de relacionamentos Orkut encaminhadas à CPI da Pedofilia. Ele informou que membros da comissão vão colocar o presidente Lula a par dos “alvos abertos” pelas investigações.

Para Magno Malta, o colegiado precisa do apoio do presidente para aprovar as mudanças na legislação que irá sugerir. O senador anunciou também que procurará líderes no Senado para pedir prioridade na aprovação das propostas da CPI.

O relator da CPI, Demostenes Torres (DEM-GO), citou como uma conquista da comissão o termo de ajuste de conduta entre a empresa Google – dona do Orkut



Magno Malta (E) e Demostenes mostram avanços da CPI no combate à pedofilia no país

–, o Ministério Público Federal e a Justiça Federal. De acordo com Demostenes, os álbuns fechados obtidos junto ao Orkut já permitiram o levantamento de grande número de pedófilos atuando no Brasil, não necessariamente brasileiros.

Na reunião de ontem, foram apro-

vados dois requerimentos, um deles reservado. Foi autorizada ainda a tomada de depoimento das duas vítimas de pedofilia em Niquelândia (GO). Segundo o parlamentar, foi acolhido, em sessão secreta, o requerimento de investigação sob sigilo que pode resultar na prisão de um pedófilo.



Além de ampliar proteção ao consumidor, CMA também analisou relatório do TCU que aponta irregularidades em licitação da Petrobras

### Subcomissão vai investigar dados de desmatamento

A Subcomissão Temporária para Acompanhar a Crise Ambiental na Amazônia terá como subsídio para seu trabalho a investigação do resultado de levantamento do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), que apontou áreas de intenso desmatamento em 36 municípios da região.

O colegiado decidiu que vai ouvir autoridades do setor produtivo, da sociedade civil, de universidades e do governo, entre eles os governadores Ivo Cassol, de Rondônia; Blairo Maggi, de Mato Grosso; e Ana Júlia Carepa, do Pará; os ministros Reinhold Stephanes, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; e Tarso Genro, da Justiça.

### Comissão aprova mudanças no Código de Defesa do Consumidor

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) aprovou pareceres favoráveis a dois projetos de lei (PLS 690 e 424, de 2007) que modificam o Código de Defesa do Consumidor. O primeiro, do senador Gerson Camata (PMDB-ES), propõe que sejam consideradas nulas cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços que obriguem o consumidor a pagar pela emissão do carnê de pagamento ou do boleto bancário.

O relator, senador Heráclito Fortes (DEM-PI), classificou as cobranças de abusivas, por considerar que deve ser obrigação do fornecedor dar os meios para o consumidor realizar os pagamentos sem cobrança adicional.

O segundo projeto, da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), obriga o fornecedor de bens e serviços a

advertir o consumidor, de forma clara e destacada, sobre o direito de se arrepender da transação.

Em seu parecer, o senador Flávio Arns (PT-PR) acrescentou emenda que dá prazo de 90 dias para o consumidor desistir do negócio, caso a exigência de clareza no direito de arrependimento não tiver sido cumprida.

As duas propostas foram aprovadas em decisão terminativa, o que dispensa a votação em Plenário se não houver recurso.

A comissão acolheu ainda três avisos sobre decisões do Tribunal de Contas da União (TCU). Em relação ao Aviso 95/07, em que o tribunal apresentou objeções a uma licitação da Petrobras, a CMA aprovou sugestão da senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) que pede o comparecimento de um ministro do TCU na comissão para fornecer mais detalhes sobre o assunto.

## Para Ideli, grau de investimento traz vantagens para o Brasil

Ideli Salvatti (PT-SC) afirmou que o Brasil “abriu uma janela de oportunidades” para o capital internacional com a obtenção do grau de investimento, concedido pela agência de classificação de riscos Standard & Poor’s.

A senadora acrescentou que isso vai beneficiar a negociação de empréstimos de estados, municípios e empresas brasileiras com investimentos no exterior. Para ela, a estabilidade econômica, a distribuição de renda, a recuperação do salário mínimo e a expansão do crédito colaboraram para a obtenção da classificação pelo Brasil.

Ideli frisou ainda que, para a obtenção do grau de investimento,



Senadora entende que governo Lula age de maneira diferente do governo anterior

o governo do presidente Lula atuou de forma diferente do governo anterior, colocando o Estado como indutor do crescimento.

## Lúcia Vânia: política econômica estável é vitória da sociedade

Para Lúcia Vânia (PSDB-GO), a ascensão do Brasil ao grau de investimento deve-se à política monetária iniciada no governo Fernando Henrique Cardoso e, acertadamente, mantida pelo presidente Lula.

– Essa é uma vitória não apenas da oposição ou do governo, mas de toda a sociedade. O Brasil realiza um sonho ao se colocar entre os países que levam a sério a administração pública. O presidente tem todo o direito de comemorar – enfatizou.

A senadora destacou a modernização do sistema financeiro e o fortalecimento da Bolsa de Valores de São Paulo como fatores para a nova classificação.



“Política econômica é do Estado, não de um governo”, afirma Lúcia Vânia

– As agências perceberam que a política econômica é do Estado, não de um governo, e independe de quem está no comando – disse.

## Papaléo aponta inflação como ameaça à estabilidade econômica

Papaléo Paes (PSDB-AP) disse que a perspectiva de volta da inflação, associada à crise mundial na oferta de alimentos, representa uma ameaça à estabilidade econômica no Brasil.

O senador destacou levantamento da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) segundo o qual arroz, trigo, milho, soja e feijão sofreram aumentos no mercado interno que variam entre 20% e 150% no último ano.

– Os aumentos no mercado interno estão, por enquanto, mais baixos do que no mercado externo, sugerindo que os custos ainda não foram totalmente repassados para o consumidor. Portanto, há mais inflação vindo por aí –



Senador sugere que governo controle gasto público inútil para combater inflação

advertiu Papaléo, com base no estudo da Conab.

Para o senador, o governo deveria empenhar-se no controle dos “gastos públicos inúteis”.

Márcia Kalume



Paulo Paim (D) preside audiência pública destinada a analisar endividamento do Portus

## Paim defende pacto para salvar fundo de pensão dos portuários

Audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) discutiu ontem a situação do fundo de pensão Portus. Na reunião, o presidente do colegiado, Paulo Paim (PT-RS), defendeu um pacto entre governo e trabalhadores dos portos brasileiros para que não seja tomada nenhuma medida em relação ao fundo antes de o Executivo apresentar alternativas para resolver a situação. Há a previsão de que no dia 14 deste mês a Secretaria de Previdência Complementar (SPC), do Ministério da Previdência Social, decida pela liquidação do Portus em razão das dívidas, que chegam a R\$ 1,5 bilhão.

Paim sugeriu a eleição de uma comissão de representantes dos portuários de todo o país para discutir o problema com ministros e parlamentares. O senador garantiu que os ministros da Previdência Social, Luiz Marinho, e da Casa

Civil, Dilma Rousseff, se comprometeram a resolver a situação do fundo de pensão dos portuários. Segundo Paim, Marinho pediu prazo para que seu ministério apresente uma solução.

Para o secretário da Previdência Complementar, Ricardo Pinheiro, a situação do Portus aponta para a insolvência, uma vez que o fundo não dispõe das reservas exigidas constitucionalmente para se manter ativo. Para resolver a crise, ele apontou medidas como o aumento da contribuição; o fechamento do Portus – que trará prejuízo a mais de 40 mil pessoas; saldar o fundo – o que significa assegurar os direitos dos participantes e fechá-lo legalmente; e instituir um novo plano. Conforme o secretário, a SPC está comprometida em resolver o problema do Portus, mas, caso não haja uma solução em curto prazo, será obrigada a dissolver o fundo.

## Para Renato Casagrande, governo precisa injetar recursos no Portus

O senador Renato Casagrande (PSB-ES) sugeriu, durante a audiência na Comissão de Direitos Humanos, que o governo salde as dívidas que as companhias docas têm com o fundo de pensão Portus. Quando bancos se encontram com dificuldades, salientou o senador, o governo costuma aportar recursos para socorrer as instituições e, assim, preservar o direito dos correntistas. Da mesma forma, ele

entende que o Executivo deveria interferir para garantir o direito dos participantes do Portus.

– Se pode proteger o setor econômico, deve proteger os trabalhadores brasileiros – cobrou.

Os senadores José Nery (PSOL-PA), Heráclito Fortes (DEM-PI), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Gilberto Goellner (DEM-MT) também manifestaram apoio aos portuários.

Moreira Mariz



Cristovam defende nova postura do Brasil em relação ao meio ambiente

Proposta prevê que União, estados e municípios possam verificar pela internet a situação de empresas que desejam participar de licitações. Texto vai à CCJ

# CAE aprova criação de cadastro nacional de fornecedor inidôneo

Proposta que sugere a criação de um cadastro nacional de fornecedores suspensos ou considerados inidôneos para negociar com o setor público recebeu ontem parecer favorável da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Por meio do compartilhamento das informações entre União, Distrito Federal, estados e municípios, pretende-se reduzir o risco de contratação de fornecedor com problema em qualquer localidade ou esfera administrativa.

O projeto do senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) foi aprovado na comissão na forma de substitutivo preparado pelo relator Jayme Campos (DEM-MT). Agora a matéria seguirá para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde receberá decisão terminativa (não irá a Plenário).

Jayme Campos esclarece que o

cadastro deve ser disponibilizado na internet, para que órgãos públicos de todo o país que aderirem ao serviço possam consultar o histórico das empresas interessadas em participar de licitações.

A União já possui um cadastro – o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf) –, mas de uso exclusivo. Pelo novo projeto, o cadastro integrado será

mantido pela União, que ficará responsável ainda pela regulamentação dos convênios de compartilhamento dos dados.

Jayme Campos sugeriu que as disposições sobre o Sicaf nacional sejam incluídas na Lei de Licitações (Lei 8.666/93), já que trata do mesmo assunto. No texto original, Garibaldi previa uma lei específica para criar o cadastro.



Integrantes da CAE acatam a criação de cadastro de fornecedores proposta por Garibaldi

## Farinha de trigo com aditivo será tema de audiência pública

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou ontem a realização de audiência – ainda sem data marcada – para discutir projeto (PLC 22/07) que determina a adição de fécula e farinha refinada de mandioca à farinha de trigo adquirida pelo poder público. Entre os convidados, estará o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes.

Propuseram o debate os senadores Osmar Dias (PDT-PR) e Flávio Arns (PT-PR) – Arns é o relator do projeto na comissão. Eles argumentam que a mistura contribuirá para a redução do preço da farinha de trigo. O Brasil é grande produtor de mandioca, mas produz só 38% da farinha de trigo que consome.

## Comissão libera US\$ 14,8 mi para município de SC

A contratação de empréstimo de US\$ 14,8 milhões para o município catarinense de Chapecó, a ser concedido pelo Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Baía do Prata (Fonplata), recebeu ontem parecer favorável da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Para que o financiamento – destinado à expansão da infraestrutura viária de Chapecó – seja definitivamente autorizado pelo Senado, ainda precisa ser votado em Plenário.

Os três senadores por Santa Catarina – Ideli Salvatti (PT), Neuto de Conto (PMDB) e Raimundo Colombo (DEM) – estiveram na reunião da CAE para apoiar a autorização do empréstimo.

## Metrô de São Paulo deverá receber US\$ 645 mi do Bird

Dois empréstimos que beneficiam o estado de São Paulo, no valor de US\$ 645 milhões, foram aprovados ontem na CAE. Um dos financiamentos, de US\$ 95 milhões, destina-se à construção da Linha 4 do Metrô paulistano. O outro, de US\$ 550 milhões, irá para a compra de 57 trens e a contratação de serviços. A autorização para os empréstimos ainda precisa passar pelo Plenário.

O presidente do colegiado, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), defendeu os empréstimos, que partirão do Banco Mundial (Bird). Ele comentou que, nas horas de pico, o metrô paulistano chega a transportar 8,4 pessoas por metro quadrado.

## Lançados no Senado livros sobre a Antártica

Os livros *Brasil na Antártica – 25 anos de história* e *O Brasil e o meio ambiente antártico* foram lançados ontem na Biblioteca Luiz Viana Filho, como parte da programação da Semana do Continente Antártico. O primeiro é uma publicação da Secretaria Interministerial

para os Recursos do Mar e o segundo, do Ministério do Meio Ambiente.

Presidente da Comissão Parlamentar em Apoio ao Programa Antártico Brasileiro (Proantar), Cristovam Buarque (PDT-DF) afirmou que a Antártica é um ambiente cultural de fundamen-

tal importância para a sobrevivência humana no futuro.

O senador apontou a necessidade de o Brasil assumir sua responsabilidade pelo equilíbrio ambiental. Salientou ainda ser preciso fazer uma “revolução cultural” e modificar a visão que se tem do planeta.

Gerardo Magela



Papel da Embrapa na pesquisa é destacado por Serys Slhessarenko

### Serys comemora criação de unidade da Embrapa

Ao comentar a festa de 35 anos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), realizada no dia 23 de abril, no Palácio do Planalto, a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) registrou o anúncio, durante o evento, de criação de uma unidade de pesquisas da empresa destinada a fomentar a produção agropecuária em seu estado.

Serys reconheceu o papel fundamental das pesquisas desenvolvidas pela Embrapa, em parceria com a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

Relator de proposta acolhida pela Comissão de Educação espera que retorno de disciplinas banidas das escolas pelo regime militar contribua para a formação integral dos jovens

## Filosofia e Sociologia poderão integrar currículo obrigatório do ensino médio

Trinta e sete anos depois de excluídas dos currículos pelo regime militar, Filosofia e Sociologia deverão se tornar, novamente, disciplinas obrigatórias do ensino médio. É o que determina projeto de lei aprovado ontem pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), que é presidida por Cristovam Buarque (PDT-DF). Caso seja também aprovado pelo Plenário, para onde foi encaminhado em regime de urgência, o projeto (PLC 4/08) será enviado à sanção presidencial.

Em seu voto favorável, o relator da matéria, Valter Pereira (PMDB-MS), recordou que a luta pela reinclusão das duas disciplinas no ensino médio começou logo depois que elas foram substituídas por Educação Moral e Cívica e por Organização Social e Política do Brasil. Os professores que lideraram o movimento, observou o relator, consideravam o estudo de Filosofia e Sociologia “indispensável para a formação integral de nossos jovens”.

Ao concordar com o relator, Ideli Salvatti (PT-SC) argumentou que as duas disciplinas vão contribuir para se alcançar uma “formação mais humanista de nossa juventude”. A senadora disse concordar com o movimento em defesa da inclusão também da Psicologia no currículo do ensino médio, mas observou que a mudança do projeto nesse momento – para abranger a terceira disciplina – acabaria contribuindo para retardar a sua aprovação.

J. Freitas



A Comissão de Educação, presidida por Cristovam Buarque, aprova propostas que repercutem nos ensinos médio e superior

### Ensino superior deve ter no mínimo 180 dias de aula

O ano letivo regular na educação superior deve ter no mínimo 180 dias efetivos de aula, conforme projeto aprovado ontem pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte. A proposta original (PLS 386/07) estipulava 200 dias efetivos de aula, mas emenda do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) limitou o período de aulas em 180 dias. A matéria, de autoria do então senador Wilson Matos, foi acolhida em decisão terminativa.

Durante a discussão da matéria, a senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) ponderou que, em vez de examinar projetos com mudanças pontuais no ensino superior, o Congresso Nacional deveria debater e aprovar a proposta de reforma universitária. Ela acrescentou ter ouvido o ministro da Educação, Fernando Haddad, falar sobre as dificuldades de aprovação dessa reforma na Câmara dos Deputados.

### Projeto assegura a índios 5% de vagas em concursos públicos

Projeto que reserva 5% das vagas de concursos públicos federais, estaduais e municipais para os índios foi aprovado ontem pela CE. De autoria do senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), a proposta altera o Estatuto do Índio (Lei 6.001/73) e seguirá agora para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde será votada terminativamente.

Emenda do senador Augusto Botelho (PT-RR), também acolhida, estabelece que tal percentual seja proporcional ao tamanho dessa população em cada localidade, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

De acordo com dados do censo demográfico de 2000, citados por Augusto Botelho, a população indígena reúne mais de 730 mil indivíduos. Mozarildo observou que, apesar de estar sofrendo um processo de aculturação, o índio não vem ocupando posições de destaque na sociedade.

## Aprovado fundo para apoiar manutenção de museus

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte aprovou ontem parecer favorável a projeto de lei que autoriza o Executivo a instituir o Fundo Nacional de Desenvolvimento dos Museus. Destinado a apoiar projetos como os de criação, construção e modernização de museus, o fundo poderá contar com recursos orçamentários, além de contribuições, legados e doações de pessoas físicas e jurídicas.

Em seu voto favorável, o senador

Sérgio Zambiasi (PTB-RS), relator do PLS 95/08, observou que outras áreas culturais têm recebido muito mais atenção do governo que a de museus, a qual, lembrou, dispõe de “um volume de recursos muito inferior aos de que necessitaria para se desenvolver”.

Segundo números apresentados pelo relator, o investimento total na área, nos anos de 2001 e 2002, foi de R\$ 20 milhões. O valor foi gradativamente

elevado nos últimos anos, até alcançar R\$ 140 milhões em 2007 e os previstos R\$ 160 milhões em 2008. Mesmo assim, observou Sérgio Zambiasi, o setor “ainda não conta com recursos garantidos, necessários para a estruturação de uma política de maior prazo”.

A autora do projeto, senadora Ideli Salvatti (PT-SC), por sua vez, confirmou a dotação de R\$ 160 milhões para os museus neste ano.

Gerardo Magela



“Há um mar de lama no país”, denuncia Mão Santa

### Mão Santa critica existência de 500 obras inacabadas

A existência de mais de 500 obras inacabadas no país foi criticada ontem por Mão Santa (PMDB-PI). De acordo com o senador, o relatório final da Comissão Mista de Orçamento, aprovado no mês passado, que impediu 54 obras de receberem pagamentos da União em 2008 devido a irregularidades consideradas graves pelo Tribunal de Contas da União (TCU), demonstra a existência de um “mar de lama”.

– O TCU detectou, em 33% das obras, falcatrua e corrupção.

Gerardo Magela



Paim cobra apoio federal aos estados afetados pelo fenômeno

### Paim lamenta danos causados por ciclone no Sul

Paulo Paim (PT-RS) lamentou os danos causados à população dos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina por um ciclone extratropical. Ao solidarizar-se com as vítimas, Paim lembrou que o fenômeno deixou mais de 22,5 mil desabrigados em vários municípios gaúchos e mais de 2,1 mil na costa catarinense.

O senador, que recebeu solidariedade de Ideli Salvatti (PT-SC), Neuto de Conto (PMDB-SC) e Gerson Camata (PMDB-ES), cobrou apoio federal aos dois estados.

Gerardo Magela



Executivo comete “genocídio” contra aposentado, diz Alvaro

### Alvaro: governo confisca renda de aposentado

Após citar estudo sobre o Regime Geral da Previdência Social, elaborado pela economista Denise Gentil, do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) acusou o governo de cometer “um genocídio contra os aposentados brasileiros”.

Segundo o parlamentar, o governo é “covarde” para enfrentar os desajustes estruturais do sistema previdenciário e valente e desumano para confiscar o valor da renda dos aposentados.